

Definir níveis de reservas

por Tom Camargo
de Londres

Para europeus e japoneses, o problema de definir níveis aceitáveis de reservas para enfrentar a dívida soberana (algo que significa sempre ou cortar lucros ou, algumas vezes, no caso dos mais conservadores, os dividendos) foi atacado logo a partir de 1983.

Países como Alemanha, Japão, França, Suíça, Bélgica, Espanha, Suécia e Canadá estariam mais do que protegidos. Os Estados Unidos, apesar de disposições específicas do Federal Reserve (banco central) com relação a certos países (como Polônia, Nicarágua, Zaire, Bolívia, Peru e Sudão), tinham ficado com seus grandes bancos com uma provisão de nunca mais de 5% (em muitos casos menos de 3%) para toda a dívida soberana.

Na Europa, apenas a Grã-Bretanha teria demorado em instar seus bancos a aumentar reservas. Mesmo assim, elas

foram sendo elevadas aos poucos, representando hoje entre 5 e 10% dos comprometimentos com países.

Ontem, o Banco da Inglaterra (banco central) fez uma de suas raras observações públicas a respeito do assunto, instando a comunidade bancária local a acelerar o aumento de suas provisões.

Na Alemanha, apesar de não haver regras formais a respeito, os maiores bancos têm reservas de entre 30 e 50% de suas pendências com países do Terceiro Mundo. Na França, as reservas também são elevadas. O BNP e a Société Générale têm mais de 30%, enquanto o Crédit Lyonnais tem um pouco menos do que isso.

No Japão, o Ministério das Finanças determina uma reserva máxima de 5% para um grupo de 36 países (Brasil entre eles). Praticamente todos os bancos atingiram este nível. Na verdade, com a queda no valor do dólar, algumas casas tiveram de devolver parte das reservas para a coluna dos lucros.